



Câmara dos Deputados

**REQUERIMENTO N.º _____ de 2005.
(Da Sra. Maria Helena)**

Solicita que seja convidado um representante do Ministério do Meio Ambiente , para participar de Audiência Pública neste Órgão, com o objetivo de discutir a MP 239, do Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 24, II, c/c 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne tomar as providências necessárias para que seja convidado um representante do Ministério do Meio Ambiente, para participar de Audiência Pública neste Órgão, com o objetivo de discutir a MP 239, do Governo Federal.

JUSTIFICATIVA

Em fevereiro deste ano, o Governo Federal, em resposta aos conflitos que provocaram a morte da missionária Dorothy Stang no Pará, editou uma série de medidas conhecidas no conjunto como Pacote Verde, destinadas a alterar o itinerário de violência rural e firmar mais fortemente a presença do Estado na região.

Uma delas, a MP 239, acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental em área submetida a estudo para criação de unidade de conservação, quando, a



Câmara dos Deputados

critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais ali existentes.

Esta medida, por seus efeitos e por sua natureza coercitiva, configura sérios obstáculos ao exercício de direitos e a situações de fato, constituídas sob a égide da legislação vigente. Tal força vem suscitando em muitos setores algumas inquietações que julgamos merecedoras de esclarecimento.

Daí, a necessidade de que esta Comissão ouça uma autoridade governamental diretamente vinculada à matéria, visando debater o alcance, a repercussão e a oportunidade da medida apresentada pelo Governo.

Sala da Comissão, de Maio de 2005.

Deputada Maria Helena

PPS/RR